Globethics Repository



A Nova Roupa do Cidadào [The New Citizen's Clothing]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Baumann, Jochen
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-18 02:30:54
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163415

análise não sobrevoa um biopolítico inerte, mas o atravessa com uma fervorosa ânsia utópica, colhendo o seu antagonismo interno. A arma filológica que Agamben utiliza com tanta destreza se torna, nesse ponto, diante da complexidade de que é investida, quase incerta, em todo caso tateante; as descobertas emergem como surpresas, mas são autênticas descobertas, inovações conceituais e lingüísticas.

O pós-moderno mostra-se, aqui, ontologicamente duro e criativo. E é nesse núcleo que a arqueologia e a filologia são sucedidas pela genealogia do biopolítico. De fato o dispositivo utópico não se contrapõe sincronicamente ao horizonte ontológico, mas irrompe, penetra e aprofunda diacronicamente as instituições e o desenvolvimento jurídico. Aqui a dialética é realmente superada, porque o biopolítico é desconstruído e atravessado por dentro.

A essa altura, o biopolítico em Agamben não é mais observado do exterior, como se fosse uma realidade independente a ser estudada e reconhecida - um fruto a ser colhido. O hegelianismo foi aqui definitivamente ultrapassado por uma crítica que reconhece a impossibilidade da homologia dialética dos opostos. E com ele foi superada qualquer nostalgia da esquerda hegeliana. O próprio Benjamin, que, no entanto viveu e propôs essa série de imbróglios problemáticos e de dolorosas reminiscências dialéticas, foi ultrapassado. Com um gesto formidável, Agamben vai além, conceitual e eticamente, do estado de exceção, atravessando-o; assim como o cristianismo primitivo e o comunismo das origens atravessaram o poder ou a exploração, destruindo-os, porque lograram esvaziá-los. Nesse segundo cenário, a análise de Agamben mostra como a imanência pode ser realista e revolucionária.

Este é um livro cansativo em seu desenvolvimento e em seus dualismos, mas extraordinário na realização. Esclarece um ponto em torno do qual a filosofia pós-estruturalista e pós-moderna havia até aqui girado no vazio, fazendo, a contrapelo do horizonte biopolítico, uma experiência verificável e percorrível. Uma experiência copernicana.

A NOVA ROUPA DO CIDADÃO

*Jochen Baumann publicou o artigo a seguir no jornal alemão **Jungle World,** na edição de 17 a 24 de julho de 2002. Ele argumenta que Giorgio Agamben desconta os direitos humanos e deixa despido o **homo sacer**. A tradução é dos colegas do CEPAT – Curitiba, aos quais agradecemos.*

Em tempos recentes, os paradoxos estão sendo um superlativo total na filosofia. Quantas coisas são declaradas como paradoxalmente idênticas: vida e morte, dominação e submissão, justiça e injustiça, perpetrador e vítima, engajamento e indiferença – obviamente sob uma perspectiva puramente estrutural! Um pensamento tão paradoxal pode ajudar a encontrar novas percepções sobre as estruturas sociais e gerar uma insegurança produtiva. No entanto, também pode acabar em uma confusão sem limites e, assim, direcionar para um nirvana social e político. Nessa entonação, lê-se como um êxtase o prefácio da obra de Giorgio Agamben ***Homo sacer. Die souveräne Macht und das nackte Leben*** [Homo sacer. O poder soberano e a vida desnuda]. Finalmente aparece alguém que, de fato, pretende se debruçar sobre o conceito agourento e cintilante da vida, como é usado pela crítica à biopolítica; finalmente alguém que, ao lado da "positividade dos discursos" e dos micropoderes subjetivadores, também se dá conta da objetividade e negatividade do poder e da dominação estatais como premissa daqueles; e finalmente alguém que não busca, em antigas práticas do indivíduo, uma perspectiva possível para a crítica das práticas modernas de poder e dominação, mas que visa, em uma análise e crítica "dos limites da estrutura originária da natureza estatal", solucionar a insuficiência da crítica anarquista e marxista ao Estado. Porque essa crítica do Estado na prática resultou no fato de ela se identificar com o adversário.

O filósofo do direito Giorgio Agamben pretende verificar, com base nas teses biopolíticas do Michel Foucault tardio, a concepção não-jurídico-institucional do biopoder e completá-la de certa forma, confrontando-a com o cerne do poder soberano – o poder sobre vida e morte. O biopoder é examinado e ampliado com fenômenos como o campo de concentração, o fugitivo, o complexo técnico-médico, mais precisamente: com o direito sobre eles, gerado pelo Estado. O próprio Foucault não teria mais conseguido elaborar adiante essa concepção, depois que colocou preliminarmente de lado os aspectos e as premissas jurídico-institucionais de suas análises do discurso do biopoder moderno. Agamben reivindica, portanto, ter escrito o livro que o próprio Foucault deveria ter escrito, se não se tivesse, por fim, desviado da crítica da biopolítica e se devotado às questões da natureza estatal e da soberania sob o aspecto predominantemente subjetivo da "*governamentalidade*".

A obra ***Homo sacer*** argumenta rigorosamente nos moldes da filosofia do direito e coloca no centro da reflexão a macropolítica e a pergunta pela soberania. Em uma discussão brilhante da teoria da soberania de Carl Schmitt e em um amálgama de inspiração mitológica da antiga figura jurídica do *homo sacer* com a doutrina do direito natural de Thomas Hobbes e sua inscrição no contrato social, são desenvolvidas as teses centrais. Nessas teses, Agamben parte da diferenciação aristotélica entre *zoé*, a vida desnuda como tal, *bíos*, a vida político-social, e *zên*, o viver em geral, e *cû zên*, a forma de vida própria do ser humano. Na politização da vida desnuda como tal, ele reconhece o acontecimento decisivo da Idade Moderna, a saber, a "transformação radical das categorias político-filosóficas clássicas". Quando a soberania produz o corpo biopolítico da população, a vida desnuda por um lado se torna o fundamento da política ocidental.

Em contrapartida a vida desnuda, porém, é excluída da política.
Por vida desnuda Agamben entende "a vida do *homo sacer*, que pode ser morto, mas não sacrificado"; o *homo sacer*, essa "figura obscura do arcaico direito romano", torna-se o alicerce de sua estrutura de pensamento. Em termos genealógicos, ele elabora como essa vida desnuda, "originalmente situada à margem da ordem, no mesmo compasso com o processo pelo qual a exceção se torna regra em todos os lugares, coincide cada vez mais com o espaço político, e como, nessa trajetória, exclusão e inclusão, fora e dentro, *zoé* e *bíos*, direito e fato, chegam a uma zona de distinguibilidade irredutível".
Porque o soberano define uma lei, sem pessoalmente estar sujeito a ela. Conforme Agamben ele se encontra, de forma quase igual a Deus, fora da norma e, não obstante, está ligado à norma pela "exclusão inclusiva". Direito e violência, condição da natureza e sociabilidade, regra e exceção convergem na mesma coisa. A sociedade e sua política rendem uma espécie de estado de exceção permanente.
A soberania e, com ela, o estado de exceção como regra, bem como a politização da vida desnuda, coincidem na biopolítica dos Estados modernos. Diferente de Foucault, Agamben opina que, na moderna política, não está mais em jogo a vida do ser humano como ser vivo, mas a "vida desnuda do cidadão", o novo corpo biopolítico da humanidade". Vida e política – originalmente separados – tornam-se idênticos, toda a vida dessa maneira se torna sagrada e toda a política se torna exceção. A política torna-se necessariamente biopolítica, ela é como tal totalitária e produz constantemente a "vida desnuda", embora esteja reivindicando exatamente o contrário. O "acampamento torna-se o paradigma biopolítico da modernidade". Ao invés de potenciar a vida, como em Foucault, o alvo da biopolítica moderna é a produção, respectivamente o aniquilamento do outro, do excluído. É assim que poderíamos sintetizar Agamben.

O mais tardar nesse ponto, porém, começam os problemas, que apontam para as operações cheias de truques que Agamben realiza. Produção e aniquilamento da vida desnuda – será que isso de fato é a mesma coisa? Ou seja, será que o acampamento de trabalho e o de aniquilamento são idênticos? Estruturalmente – acredita Agamben – o direito soberano produz mortos vivos; as vítimas de Auschwitz, o paciente em coma e o presidiário confinado possuem agora a mesma condição, porque a privação de direitos é seguida pela existência política à vida desnuda, com a qual a soberania pode lidar arbitrariamente. Pois, conforme Agamben, soberano não é apenas quem decide sobre o estado de exceção, "soberano é quem pode matar sem cometer um assassinato". O estado de exceção se torna regra. Definido originalmente com vistas à guerra, o estado de exceção é formulado por Agamben de tal modo que ele em si possui condições de produzir o corpo dos excluídos. Com isso os excluídos e os condenados à morte se tornam idênticos.

Enquanto em Foucault o moderno biopoder ainda era definido pelo fato de que ele "faz viver e deixa morrer" – enquanto o antigo poder soberano fazia morrer e deixava viver, Agamben reduz isso a um poder que aleatoriamente cria vida "desnuda" ou a mata. Essa, no entanto, também já era a capacidade do Estado antigo, feudal ou burguês, a saber, sem precisar apelar especialmente para o estado de emergência.

Portanto, nada de novo desde a Antiguidade? Apesar do impressionante empenho teórico evidenciado por Agamben com sua análise, o resultado é, em última análise, decepcionante. No final, a metáfora do *homo sacer* se encontra tão solitária e abandonada diante do poder como foi introduzida no começo da análise. Um *homo sacer* desses somente pode ser salvo por uma divindade; por meio de ações políticas sua situação já não pode ser mudada. Essa estrutura apocalíptica também resulta porque Agamben, numa mania pós-pós-estruturalista, dilata cada um de seus conceitos a ponto de abrangerem no final também o exato contrário de seu significado original. Contudo a desconstrução funciona de outra maneira, e a crítica da sociedade também.

Agamben tem sucesso em sua composição apocalíptica unicamente porque ele amarra no conceito do *homo sacer* coisas histórica e socialmente opostas: o significado oriundo de tempos arcaicos, de um eremita entendido como santo, e o significado proveniente da época clássica, de um excluído, banido, que pode ser condenado à morte e, em decorrência, morto sem conseqüências para o perpetrador. Enquanto originalmente o *homo sacer* estava fora do alcance do poder, sendo, assim, de certa maneira santo, porque dono de si, no direito romano ele é submetido à dominação; já não é o santo, e sim o fora-da-lei que pode ser livremente caçado.

Com esse tipo de conceitos cintilantes e operações estruturais sugestivas, Agamben chega rapidamente da Antiguidade até o tempo presente, acabando no tópico do campo de concentração. Como "direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades", em sua citação de Foucault, hoje seria a vida desnuda o fundamento da sociedade moderna e dos direitos humanos no Estado nacional. Nesse ponto, Agamben ignora magnanimamente que a busca de felicidade, a inviolabilidade do corpo, a saúde e a satisfação das necessidades constituem o exato oposto do conteúdo sócio-histórico de seu *homo sacer*, porque isso justamente não é vida desnuda, e sim vida qualificada.

Apesar desses déficits Agamben apresenta, com a análise da posição do fugitivo em um mundo de Estados nacionais em declínio, os quais foram os primeiros a produzir direitos de cidadania e direitos humanos, uma proposta útil para refletirmos sobre o sistemático desmonte desses direitos. No entanto ele omite generosamente que a erosão dos Estados nacionais anda de mãos dadas justamente com uma perda de soberania – e que precisamente por isso eles não

podem mais ignorar, como no tempo do nazismo, pessoas ameaçadas. Salvar a vida desnuda dessas pessoas não é nenhuma desvalorização totalitária da vida, mas significa o exato oposto.

UMA SOCIEDADE EM 'ESTADO DE SÍTIO'?

Reproduzimos o artigo de Mark Terkessidis, publicado no diário **Freitag. Die Ost-West-Wochenzeitung**, em 10 de maio de 2002. No artigo, Terkessidis *pergunta, de modo provocativo, o que Giorgio Agamben e Robert Steinhäuser (jovem estudante alemão, que, em 2002, irrompe numa escola em Erfurt e chacina quem encontra pela frente) têm em comum. Da autoria de Mark Terkessidis e de Tom Holert é o livro* **Entsichert. Krieg als Massenkultur im 21. Jahrhundert***: [De arma em punho. A Guerra como Cultura de Massas no século 21]. Os subtítulos e a tradução são dos nossos colegas do CEPAT, de Curitiba, aos quais agradecemos.*

A vida é bela: a relação com o passado e a atualidade

Quando, há cerca de três anos, o cômico italiano Roberto Benigni lançou o filme *A vida é bela*, os críticos se perguntaram: "É correto rir sobre a vida no campo de concentração?" Na discussão, estava em jogo, como sempre, nossa relação com o passado. Ninguém mencionou que o filme também pode ter algo a ver com nossa atualidade. Em sua estréia como diretor, o próprio Benigni protagonizou o semijudeu Guido, que é arrastado com o filho ao campo de concentração. A fim de poupar o pequeno do sofrimento, Guido simula que o acampamento é uma espécie de parque de diversões – uma grande brincadeira. Talvez o leitor se pergunte o que isso tem em comum com nossa vida. Pois bem, havia uma série de indícios. A primeira pista levou a um anúncio. Por volta da época do lançamento do filme *A vida é bela* foi feita propaganda do carro popular Smart na Alemanha com os seguintes dizeres: "A primeira cela de alta segurança turbinada".

A segunda pista se materializou na cidade velha de Colônia. Pouco antes do início das exibições, havia acontecido ali, em nome da segurança da população sequiosa de compras, uma medida policial de despejo. Tratava-se de uma medida de política populacional que visava a produzir determinada imagem da cidade: sem os sem-teto e drogados, o centro de Colônia nitidamente dava mais a impressão de um permanente desfile de amor – como o sonho aquoso dos políticos e autores de tablóides que representam o "novo centro" individualizado. Ainda o terceiro indício levou ao subúrbio de Colônia. Depois que *A vida é bela* já havia desocupado os cinemas, uma série de jovens se deixou aprisionar ali num contêiner de moradia. Na série *Big Brother* foi mostrado que pessoas internadas e depois forçadas a tarefas totalmente estúpidas conseguiam, apesar disso, ficar de ótimo humor. Todos os três casos mencionados explicitam que, na sociedade atual, já não se excluem determinadas formas de internação (por blindagem, expulsão, aprisionamento) de um lado e a exibição de divertimentos de outro – ao contrário: condicionam-se praticamente. É precisamente disso que trata *A vida é bela*: que nos encontramos no interior de um campo sitiado e encenamos a um espectador que tudo é uma enorme diversão.

Os 'acampamentos' da sociedade moderna – as *gated communities*

Nos últimos anos, o filósofo italiano Giorgio Agamben foi quem escreveu que o 'acampamento' passou das margens para o centro da sociedade. Sua obra principal ***Homo Sacer*** foi recentemente publicada também em alemão. Nela Agamben afirma que, em face da multiplicação de acampamentos em todo o mundo – as "*gated communities*" [comunidades com porteira], os presídios de descarte, as zonas de internamento para fugitivos em aeroportos ou